

HABEAS CORPUS Nº 548.701 - SP (2019/0357230-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : FABIO HENRIQUE RIBEIRO LEITE
ADVOGADO : FÁBIO HENRIQUE RIBEIRO LEITE - SP193003
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HILDEMAR CUNHA FREIRE FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de HILDEMAR CUNHA FREIRE FILHO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2223155-53.2019.8.26.0000).

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 1º/10/2019 por ter supostamente praticado delitos tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão acostado às fls. 242/254.

No presente *mandamus*, aduz a inexistência de provas de que o paciente estaria em situação de traficância, tampouco de que possua vínculos com o imóvel em que as drogas foram apreendidas. Consigna que as autoridades policiais não localizaram qualquer substância ilícita especificamente com sua pessoa. Aponta, nesse sentido, não haver sido sequer individualizada a conduta na denúncia oferecida pelo Ministério Público estadual.

Alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na presunção de periculosidade e na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Invoca o princípio da presunção de inocência. Ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente para a concessão da liberdade provisória.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, se for o caso mediante a conversão da medida em custódia domiciliar, nos termos do art. 318 do Código de Processo Penal.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao Juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator